



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Procuradoria-Geral de Justiça

LII Concurso para ingresso na carreira do Ministério Público do Estado de Minas Gerais

PROVA ESCRITA ESPECIALIZADA
GRUPO TEMÁTICO I

QUESTÃO 1 – Valor : 4 (quatro) pontos.

Texto Motivador:

“A administração pública gerencial busca responder tanto às novas circunstâncias do mundo atual, em que estão sendo revistos os papéis e as formas de atuação do Estado, como atender às exigências das democracias de massa contemporâneas, em que a funcionalidade e o poder das burocracias estatais têm sido crescentemente questionados.”(*Programa de Reestruturação e Qualidade dos Ministérios*. Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado. Disponível em: http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/publicacao/seges/PUB_Seges_Mare_caderno12.PDF> Acessado em 3 de maio de 2012).

À luz do Direito Administrativo contemporâneo, no modelo de *Estado em rede*, discorra sobre os mecanismos de administração (e coordenação) pública gerencial no processo de consecução do interesse público e o papel do Ministério Público nesse contexto.

(no máximo 45 linhas)

QUESTÃO 2 – Valor : 2 (dois) pontos.

Os projetos de lei enviados pelo Chefe do Poder Executivo ao Poder Legislativo, quando de sua iniciativa exclusiva, em regra, poderão ser alterados por meio de emendas apresentadas pelos parlamentares.

À luz dos preceitos constitucionais pertinentes, da doutrina e da jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal, discorra sobre: a) a limitação ao poder de emenda do Poder Legislativo nos projetos de iniciativa exclusiva do Chefe do Poder Executivo; e b) a possibilidade ou não de apresentação de emendas parlamentares nos projetos de leis orçamentárias. Fundamente.

(no máximo 15 linhas).

QUESTÃO 3 – Valor : 2 (dois) pontos.

O Prefeito Municipal pode, por meio de Portaria, alterar as atribuições dos cargos dos servidores públicos do Poder Executivo? Fundamente.

(no máximo 10 linhas).



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Procuradoria-Geral de Justiça

QUESTÃO 4 – Valor : 2 (dois) pontos.

Está em vigor no Município de Córrego dos Macacos a Lei Municipal n.º 1.234, de 1º de abril de 2011, abaixo transcrita, que atribui a uma escola municipal recém-construída o nome do pai do Prefeito Municipal em exercício. O pai do Prefeito está vivo, é médico respeitado no pequeno município e professor universitário em uma cidade vizinha. Indaga-se:

- a) a Lei Municipal n.º 1.234, de 1º de abril de 2011, é constitucional? Por quê? Fundamente.
- b) a Lei Municipal n.º 1.234, de 1º de abril de 2011, é dotada dos atributos de generalidade e abstração ou é lei de efeitos concretos? Fundamente.

Lei Municipal n.º 1.234, de 1º de abril de 2011

Dá o nome de Professor Mário Néilson Xavier e Silva ao prédio da escola municipal, situada na Avenida Arlindo Figueiredo Mendonça, 1001, no Bairro São José, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Córrego dos Macacos faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica denominado Professor Mário Néilson Xavier e Silva o prédio da nova escola municipal localizada na Avenida Arlindo Figueiredo Mendonça, 1001, no Bairro São José.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Córregos dos Macacos, 1º de abril de 2011.

Mário Néilson Xavier e Silva Filho

Prefeito Municipal

(no máximo 20 linhas)

OBSERVAÇÕES:

- 1) NA DISSERTAÇÃO E NAS RESPOSTAS, CITE, SE FOR O CASO, DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS E INFRACONSTITUCIONAIS, SEM, CONTUDO, TRANSCREVÊ-LOS.
- 2) OBSERVE O LIMITE DE LINHAS FIXADO PELO EXAMINADOR PARA A RESPOSTA, UMA VEZ QUE NÃO SERÃO CONSIDERADAS AS LINHAS EXCEDENTES.
- 3) **UTILIZE FOLHAS DISTINTAS PARA A RESPOSTA DA PRIMEIRA QUESTÃO E DAS DEMAIS.**